Destaque Rural Nº 352

24 de Novembro de 2025

MODELO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA PARA A ZAMBÉZIA

Jan De Moor

O CONTEXTO HISTORIAL

Zambézia emergiu do tempo colonial mutilada. Todas as histórias de que a província fornecia então uma grande parte do produto nacional bruto do Estado colonial apenas fornecem um argumento adicional - na discussão actual - de que o sucesso da economia (rural) não pode ser medido pela contribuição para o PIB nacional. A Zambézia foi, e ainda é, mutilada. Durante a época colonial, foram instaladas em grande escala plantações na Zambézia - mais do que em qualquer outra província de Moçambique. A cultura de plantação, absolutamente autoritária, que foi imposta à população teve, até agora, um efeito na consciência social das comunidades rurais. Ao longo da costa da Baixa Zambézia, a população foi expulsa das suas terras e foram estabelecidas plantações de coqueiros. A copra era um produto popular na Europa para substituir manteiga e gorduras não vegetarianas. As três grandes empresas com palmares, Madal, Boror e Companhia da Zambézia, determinaram completamente a vida social nas regiões costeiras durante os primeiros 70 anos do século XX. Na parte central da província, uma empresa alemã estabeleceu plantações de sisal e exerceu um regime de terror para controlar a mão de obra. Na alta Zambézia, Portugal introduziu a cultura do chá. Em redor da montanha Namuli, em Gurué e no distrito de Milange, as famílias camponesas foram expulsas das suas terras e - como nos disse um dos líderes comunitários- foram reassentadas, como cabras, nas encostas íngremes em redor da cidade de Gurué. No entanto, uma das formas mais intensas de implantação de plantações ocorreu ao longo do rio Zambézia, perto da vila de Luabo, onde, com capital inglês e português, foi criada a Sena Sugar Estate (SSE) como "a pérola" ao longo do rio Zambeze que implantou uma plantação de cana-de-açúcar de 7.000 hectares com um sistema de irrigação, então ultramoderno, e uma fábrica de processamento de açúcar. A plantação era gerida de acordo com um sistema de *apartheid* com uma clara divisão racial entre a estrutura de gestão anglo-holandesa, uma estrutura intermédia de portugueses e mauricianos. e um grande número de trabalhadores imigrantes dos bantustões Ile, Namarroi da região central da Zambézia, todos estritamente separados, com as suas próprias áreas residenciais, etc. Nos bantustões, os idosos, as mulheres e as crianças foram deixados para trás, fazendo com que os sistemas agrícolas existentes fossem subdesenvolvidos. A história da plantação de açúcar da SSE em Luabo foi recentemente descrita extensivamente no livro "*Bitter Sweetness*" do Sr. Paul Laperre.

Mas a melhor descrição geral do sistema colonial português na Zambézia pode ser encontrada no livro Capitalism and Colonialism in Mozambique, A Study of Quelimane District, University of Minnesota Press 1980, 418pp: dos escritores Leroy Vail e Landeg White de onde encontramos o seguinte texto:

" ... depois de meados do século XIX, o distrito de Quelimane, o 'jardim do Império' e o 'segundo São Tomé', foi governado pelos primeiros traficantes de escravos que ali chegaram, pela desastrosa administração portuguesa que provocou a única resistência africana, das empresas de plantação que controlavam o trabalho e cobravam impostos, e do Estado Novo, que apenas exigia o abastecimento de Portugal com quantidades regulares de açúcar, algodão, arroz, chá e óleo vegetal. Durante todo esse período, dois factores permaneceram constantes. Primeiro, houve a subordinação absoluta dos interesses da população africana local aos dos vários governantes, tornando o distrito de Quelimane um 'locus classicus' da forma como o capitalismo subdesenvolveu África. Em segundo lugar, houve resistência por parte das populações oprimidas e exploradas pela extracção sistemática de mão-de-obra, que pode ser referida como a "alternativa camponesa", ou seja, a produção em pequenas parcelas de culturas para o mercado livre, quando as condições e os preços formaram um incentivo."

No final do século XIX e início do século XX, os povos da Zambézia resistiram ao domínio colonial. Um exemplo é o movimento Matchingiri de Morrumbala em que as plantações de ópio em Mopeia foram atacadas, e, décadas mais tarde, os ataques em Maganja da Costa. Esta resistência foi brutalmente reprimida, após o que a população só pôde oferecer resistência passiva. No entanto, após gerações, a subordinação foi incorporada na mentalidade colectiva na Zambézia, no sentido de que era preciso sobreviver nessa posição subordinada. O "patrão" ficou imposto. No entanto, quando Samora Machel - o líder do movimento de independência e primeiro presidente de Moçambique - na sua viagem histórica de Norte a Sul de Moçambique em 1974-1975, descreveu os Zambezianos como "a cabeça de galinha", referindo-se à falta de ímpeto revolucionário, deu o tom de desprezo aos povos da Zambézia. Uma melhor compreensão e conhecimento dos processos socioeconómicos históricos que ocorreram ao longo dos últimos 150 anos poderia ter evitado este erro histórico de mau julgamento e desrespeito.

INDEPENDÊNCIA

Em 1975, no momento da independência, a Zambézia - com uma população estimada em 1,7 milhões de habitantes, a maioria da qual não sabia ler nem escrever - herdou uma agricultura orientada para a exportação e uma economia rural prejudicada pela brutal extracção de mão-de-obra.

O novo regime tentou tirar a economia dos "carris" coloniais, mas as nacionalizações e a chamada proletarização dos camponeses - levadas a cabo com fanatismo partidário - falharam devido a uma absoluta falta de compreensão das relações sociais na sociedade pós-plantação. O sistema de partido único provocou resistência na população que – alimentada pelo sistema de *apartheid* da África do Sul – culminou, mais tarde, numa guerra civil que durou de 1976 a 1992. A população rural da Alta Zambézia foi forçada a mudar-se em massa para o Malawi. Economicamente, a província ficou literalmente paralisada e grande parte da infra estrutura foi destruída.

Uma era de esperança começou com os Acordos Gerais de Paz em 4 de Outubro de 1992. Mas os acordos trouxeram uma paz negativa e a democracia multipartidária não funcionou, ao mesmo tempo que deu continuidade a um sistema partidário único, bem como à centralização das decisões políticas e económicas. A província sofreu durante décadas com uma falta crónica de investimento em áreas produtivas. A desestabilização política a partir de 2013, com os bloqueios da única estrada Norte-Sul, não ajudou a situação na Zambézia. Toda esta gama de factores significa que a pobreza na Zambézia diminuiu apenas ligeiramente em termos percentuais durante o período 1996-2022, de acordo com as estatísticas oficiais do governo (IOF). Isto significa que enfrentamos uma pobreza contínua sem horizonte de melhoria. As taxas de pobreza podem diminuir ligeiramente em termos de percentagens , mas o número de pessoas que vivem na pobreza está a aumentar devido ao crescimento populacional, cujo número total era em 1975: 1,7 milhões, em 2000: 3,3 milhões, em 2017: 5,1 milhões, e as estimativas para 2023 são de 5,9 milhões de habitantes.

Nos últimos dez anos, um novo fenómeno manifestou-se na Zambézia; nomeadamente mineração não controlada. Existem dezenas de minas artesanais espalhadas pela província onde reina a anarquia, onde as comunidades locais são excluídas e a riqueza permanece nas mãos de outros. Mas o pior está a acontecer ao longo da bela costa da Zambézia, onde empresas chinesas e russas – autorizadas a nível nacional – exploram areias pesadas e extraem elementos de alto valor para indústrias no estrangeiro. A população local é aterrorizada e completamente marginalizada, enquanto as características e formas costeiras naturais são fundamentalmente danificadas.

Antes de passarmos às alternativas para o desenvolvimento agrícola, é bom discutir mais duas questões que ocorreram na Zambézia nas últimas décadas.

TERRA E FLORESTA

Em primeiro lugar está a questão da terra. Após a independência, o governo (baseado num sistema de partido único) introduziu a Lei de Terras de 1979 com o princípio: *"A terra não pode ser um meio de exploração do homem pelo homem"*. A lei foi inspirada no sistema jurídico socialista da então União Soviética. *O Estado pertence ao povo, a terra pertence ao Estado e, portanto, a terra pertence ao povo* segundo a ideologia existente na época. No entanto, a lei só foi regulamentada em 1987 e o regulamento

promulgado nessa altura baseava-se na ideologia do mercado livre e abria a possibilidade de particulares e empresas solicitarem direitos de uso da terra por um período de 50 anos. Nos 8 anos seguintes (1987-1995), foram apresentados 2.249 pedidos ao cadastro provincial cobrindo 3,7 milhões de hectares (37% da área total da Província), enquanto 66 pedidos cobriram uma área de 3,2 milhões de hectares (32% da área total provincial). A área média dessas concessões solicitadas foi de 47.794 hectares; várias vezes maior que a área de uma comunidade local ou "regulado". Tudo isto aconteceu no período imediatamente anterior e posterior aos acordos de paz de 1992. Depois de Outubro de 1992, os refugiados do Malawi começaram a regressar. E, de acordo com a lei de 1979 e o regulamento de 1987, encontraram as suas terras comunitárias entregues a empresas privadas. Isso levou a muitos conflitos de terra na província. Um dos conflitos mais documentados é o em Nante, ao longo do rio Licungo, onde uma empresa estrangeira solicitou toda a área cultivada com arroz pelas comunidades locais e provavelmente teria sido autorizada se não fosse os camponeses - com o apoio das organizações não-governamentais - resistirem com sucesso a isto. O conflito de terra em Nante foi importante para a formulação da nova lei de terra com regulamentos e instruções técnicas da época. Este quadro jurídico foi uma verdadeira lufada de ar fresco para a população rural, depois de todos os conflitos de terra, porque a lei definiu as comunidades camponesas (com base nos chamados regulados) como unidades socioeconómicas e culturais reconhecidas por lei e também definiu o direito dessas comunidades ao uso da terra de acordo com o direito costumeiro.

Como resultado da aprovação parlamentar da lei das terras favorável para os camponeses, aumentou a confiança de que a lei florestal também daria prioridade aos interesses das comunidades agrícolas. No entanto, esta confiança não foi honrada. O governo optou por retomar o padrão colonial de exploração e gestão das florestas através da introdução das concessões florestais para exploração e gestão a longo prazo e das licenças para exploração a curto prazo.

Mas, para que tal sistema fosse sustentável, era necessária a adesão a um corte anual permitido, baseado num inventário preciso das espécies comerciais, e a colheita gerida e controlada por uma autoridade florestal honesta, disciplinada e responsável. Tinha sido realizado um inventário e estabelecidos os volumes de corte permitidos para diferentes espécies, mas, no final da década de 1990, os chineses entraram no mercado, procurando as madeiras duras e escuras de Moçambique como substitutos das espécies asiáticas, agora esgotadas, que tradicionalmente eram utilizadas para produzir mobiliário e esculturas de prestígio para o crescente mercado chinês. Face a esta exigência, e com a conivência de autoridades florestais provinciais corruptas, foram emitidas concessões sem um levantamento e planeamento de gestão adequados, totalizando um volume muito acima do limite de corte anual, e foi permitida a colheita descontrolada, excedendo em muito os volumes licenciados e expandindo-se. para além da propriedade florestal comercial, para reservas e outras áreas protegidas.

A sociedade civil foi prejudicada. Qualquer pessoa que pudesse obter uma licença e tivesse um camião à disposição entrava nas extensas florestas de miombo para obter troncos. Nas aldeias, os líderes locais foram subornados e os agricultores foram cooptados como mão-de-obra barata para realizar o trabalho pesado e perigoso. As estradas rurais foram destruídas pelas cargas pesadas. No porto, os graneleiros chegavam e carregavam toros não processados, exportando efectivamente todo o potencial do "valor acrescentado" para a China e outros países asiáticos, onde os produtos finais eram vendidos por grandes somas. Tudo isto foi ainda mais exacerbado quando estes comerciantes chineses, incluindo as suas empresas estatais, começaram a financiar os titulares de licenças simples (frequentemente membros da elite político-económica) para aumentar a sua exploração florestal.

Em Fevereiro de 2007, a cidade de Quelimane estava repleta de toros, representando um volume que ultrapassava o corte anual sustentável e permitido. Um activista local alertou as ONG envolvidas em questões de ambiente e desenvolvimento, tendo sido apoiada uma série de estudos estratégicos sobre a governação florestal na Zambézia (Mackenzie 2006, 2008, 2009). Estes estudos apresentaram provas detalhadas da exploração ilegal e insustentável de madeira e da corrupção, e estimularam o debate a nível provincial, nacional e internacional. Grandes ONG internacionais, como a Global Witness, a Agência de Investigação Ambiental (EIA) e o International Institute for Environment and Development (IIED), começaram a envolver-se, e o foco dos estudos expandiu-se para outros países de África. Os doadores internacionais patrocinaram projectos multimilionários para melhorar a governação florestal. Embora os responsáveis do governo moçambicano tenham aceitado o dinheiro, apenas foram feitas pequenas alterações cosméticas na prática e a extracção ilegal de madeira e a exportação directa para a China continuam até hoje.

Porém, a luta pela terra foi um passo importante na luta de emancipação da população rural porque pôde obter direitos formais de uso das suas terras. Na província da Zambézia existem 368 comunidades, cobrindo 99 % da área total da província; por outras palavras, não existe terra "livre". As grandes empresas privadas e o governo, que acompanhava as empresas, tiveram de consultar as comunidades sobre o uso da terra. No entanto, isto levou à resistência por uma parte do governo e, em 2006, houve uma investigação por parte do Ministério da Agricultura para investigar se havia terras "livres" na Zambézia. O comité chegou à conclusão de que 13% da superfície não tem direitos costumeiras de utilização, grande parte da qual se encontra no delta. No entanto, ficou claro que as comunidades também viviam e tinham as suas actividades nesses 13%. Isso resultou numa frustração dentro do ministério. A pesquisa foi repetida em 2012 e o resultado foi que 6% foram agora declarados livres. No entanto, esta conclusão também não se baseou na situação real no terreno.

Como resultado de tudo isto, o Presidente de Moçambique, em 2017, propôs a revisão da lei de terras. Em 2022 - após uma discussão nacional inadequada , o parlamento aprovou a política nacional de terras revista e, nessa base, foi iniciada a revisão da lei de terras, com o governo a apresentar imediatamente uma primeira versão. Esta versão reconhece as comunidades locais e também o seu direito de usar as suas terras comunitárias. Contudo, o governo pode privá-las disso estabelecendo as chamadas reservas de terras estatais nas terras das comunidades. Isto não é muito diferente do que aconteceu nos últimos tempos da era colonial. Os direitos de uso da terra também podem ser contratados a terceiros e servir como garantia para empréstimos. No entanto, este último uso é contrário à Constituição. Não está claro o que tudo isso significará na prática. As organizações de agricultores e da sociedade civil propõem ao governo submeter as propostas relativas à nova lei de terras a uma ampla discussão social.

LUTA DE MERCADO

Uma segunda questão a ser discutida neste contexto é a do mercado dos produtos agrícolas e dos preços oferecidos aos agricultores. Após a conclusão do quadro jurídico de terras de 1997, as organizações da sociedade civil começaram a facilitar a "delimitação" das terras comunitárias. O governo assumiu uma postura passiva a este respeito, mas, contrariamente aos princípios da lei de terras, autorizou a empresa portuguesa Portucel a iniciar uma mega-plantação florestal no centro da Zambézia. Quem viaja pelo centro da Zambézia em 2025 verá agricultores que literalmente tentam produzir os seus alimentos na sombra das florestas de eucaliptos.

No total, 67 comunidades têm suas terras delimitadas, com uma área total de 1,8 milhão de hectares (18%). Uma falha importante no registo cadastral foi a incapacidade para depois de elaborar planos de uso da terra e de mobilizar capital para a sua implementação. Contudo, depois de a comunidade ter formalizado os seus direitos, a questão era: "…e agora?" Então, o mercado foi mencionado como o próximo tema importante.

Para o efeito, foi formulado um documento estratégico em 2001 com o objectivo de estabelecer um banco cooperativo e uma rede de cooperativas de comercialização. Nos anos que se seguiram, o Banco Terra estabeleceu-se como um banco cooperativo e criou-se uma rede de 11 cooperativas nas cadeias de valor mais importantes nas províncias centrais de Manica, Sofala e Zambézia. O processo de fundação e extinção do banco cooperativo deve ser objecto de uma avaliação independente. No que diz respeito às cooperativas de comercialização, as comunidades foram ouvidas sobre a sua posição nas diferentes cadeias de valor, foram facilitadas para se legalizarem e os seus membros foram treinados nos princípios do cooperativismo. Ficou claro que se falava a língua dos camponeses aqui e que isto foi vivido como uma outra lufada de ar fresco.

MODELO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA ZAMBÉZIA: *ESTRATÉGIA CAMPONESA*

Apesar das várias estratégias governamentais para o desenvolvimento agrícola e das inúmeras intervenções não-governamentais nas últimas três décadas, a pobreza aumentou na Província da Zambézia. Existe uma necessidade clara – na perspectiva da população rural – de elaborar uma estratégia de desenvolvimento rural e agrícola sólida e baseada no consenso.

A pobreza vai continuar e é provável que aumente caso os camponeses sejam mantidos numa posição em que não possam exercer poder e pressão. Os camponeses são vistos, para citar uma famosa expressão popular, "como um saco de batatas". Por conseguinte, o texto a seguir adopta uma estratégia de capacitação para facilitar os camponeses a exercer poder através do desenvolvimento organizacional e institucional.

OBJECTIVOS PRINCIPAIS E ESPECÍFICOS

Existem dois objectivos:

1. Para quebrar a estagnação na agricultura na Zambézia, o primeiro objectivo é desenvolver uma *estratégia de emancipação socioeconómica para facilitar que os camponeses exerçam poder através do desenvolvimento organizacional e institucional*.

    - Objectivo Específico: Promover o acesso e controlo dos recursos naturais e financeiros para reforçar a resiliência das mulheres e raparigas.

2. O segundo objectivo é identificar intervenções específicas para as diversas zonas agroecológicas da Província que visem *melhorar a produtividade e a sustentabilidade da produção dos pequenos e médios camponeses*.

O objectivo (1) de criar poder camponês

Para além das inúmeras dificuldades que os agricultores enfrentam, três pontos são essenciais, a saber:

1) Certeza quanto ao uso da terra.
2) Certeza de venda de produtos agrícolas a bons preços.
3) Recursos financeiros para aumentar a produção.

A estratégia de desenvolvimento alternativa tem, portanto, três elementos:

1) Delimitação e registo formal das terras comunitárias, desenvolvendo planos para o uso da terra e dos recursos naturais pela comunidade, como a água, as florestas e os minerais.
2) A partir de "*clusters*" de comunidades, dada a sua localização geográfica e interesses partilhados nas diversas cadeias de valor, a formação de cooperativas de comercialização.
3) Com base nas cooperativas de comercialização e iniciativas locais de poupança, criar um banco de poupança e empréstimo para camponeses e empresários a nível provincial.

Este processo deve ser apoiado e conduzido pelos próprios agricultores. Nisto é importante a introdução do modelo do *"triângulo de ferro",* nomeadamente:

1) Uma organização de interesse para os agricultores que defendem os direitos dos agricultores. No contexto da Zambézia esta organização existe na forma da União Provincial de Camponeses da Zambézia (UPCZ).
2) Uma rede de cooperativas agrícolas.
3) Banco de poupança e empréstimo cooperativo para agricultores.

Os camponeses terão de estabelecer e gerir eles próprios estes três elementos do triângulo. Cada camponês e camponesa pode ser membro destas três organizações. Será claro que este processo de emancipação socioeconómica é um processo de longo prazo e que deve ser tolerado pelo governo e apoiado pelas organizações da sociedade civil a curto e médio prazos. No que diz respeito à questão da sustentabilidade, os agricultores terão de assegurar os custos do grupo de interesse (1) através do aumento do seu rendimento com a ajuda das suas cooperativas (2) e do banco cooperativo (3).

Objectivo (2) de criar a agricultura sustentável e mais produtiva nas zonas agro-ecológicas.

Zambézia é uma província rica em recursos, nomeadamente terra, água e camponeses experientes. Além disso, a sua posição geográfica permite uma vasta gama de produtos: na Baixa Zambézia pode-se produzir arroz, enquanto na alta Zambézia produz-se batata reno. A grande diferença em altitudes também provoca erosão. Seguem aqui algumas intervenções para as zonas agro-ecológicas.

Baixa Zambézia. Aqui a produção de arroz é essencial para a segurança alimentar, além do coqueiro, feijões e batata-doce. É a única zona do País onde se pode produzir arroz para substituir as importações e exportar este cereal. As intervenções estão focadas na introdução de medidas de controlo de água (irrigação e drenagem). Essencial é que as infra-estruturas estejam resilientes às mudanças climáticas.

A média e alta Zambézia: As condições de produção agrícola são muito diversas na Média e Alta Zambézia em termos de altitude, tipo de solos e precipitação, mas os problemas comuns estão ligados à erosão hídrica e empobrecimento de solos. Por isso, o objectivo aqui é a introdução massiva dos Sistemas Agro-Florestais Alimentares (SAFA).

ASSUNTOS URGENTES

1. Assegurar a terra para as comunidades

A província da Zambézia possui 10.112.060 ha ocupados por 368 comunidades locais ou regedorias. A Lei de Terra de 1997 promoveu a delimitação das terras comunitárias. Nos anos seguintes, várias ONGs facilitaram as comunidades de obter o direito de uso e aproveitamento da sua terra. Mas este movimento enfraqueceu devido a vários factores, nomeadamente: 1) A fraqueza e indefinição na actuação do Governo nos processos de delimitação; e, 2) As comunidades, depois da delimitação, perguntaram : "E depois?" exigindo planos de uso e aproveitamento dos recursos e investimentos que não foram realizados. Para segurar as terras para os camponeses será necessário:

- Investigar junto ao cadastro provincial que comunidades foram devidamente registadas como delimitadas.
- Investigar junto ao cadastro provincial e as ONGs e provedores de serviços que comunidades estão no processo de delimitação.
- Organizar um curso para formar membros das comunidades na tecnologia de delimitação.
- Desenhar um programa para finalizar os processos em curso.
- Organizar um programa de delimitação do resto das comunidades na província.
- Organizar um curso de formar pessoas a produzir, com as comunidades, os planos de uso e aproveitamento da terra (UAT) comunitários.
- Organizar um programa para produzir os planos de UAT incluindo a utilização das florestas para as comunidades na província.
- Montar um programa para recuperar as terras para os camponeses as terras ocupadas pelo programa Portucel.

2. Assegurar os recursos minerais para as comunidades

Pobreza no seio da população rural, constituída em grande parte por jovens, e existência de recursos minerais exploráveis manualmente formam ingredientes para situações socialmente instáveis e degradação do tecido social. O problema principal pode ser formulado do seguinte modo: *Exploração mineira desestabiliza o meio rural e não traz benefícios para as comunidades locais*. Foram também identificadas cinco razões para a existência do problema principal, nomeadamente:

1. Autorização das licenças de exploração a partir do nível nacional sem observância do contexto local.
2. As auscultações públicas realizadas sem a participação das comunidades locais.
3. As comunidades locais não estão preparadas para entrar nos processos de exploração dos recursos naturais.
4. Cadeias de valor dos recursos naturais dominadas por anarquia e crime organizado.
5. Ausência de um quadro político para atender à necessidade de inclusão.

Como objectivo geral, neste caso de mineração, foi proposto: *Comunidades locais (e seus membros individuais) beneficiam substancialmente se num ambiente pacífico da exploração sustentável em termos de meio ambiente dos recursos minerais localizados dentro do seu território* e como objectivos específicos tentar-se "inverter" as razões do problema principal com a seguinte priorização:

1. Os Governos locais (provinciais e distritais) e as comunidades locais com poderes para autorização de concessões e licenças de explorações dos recursos minerais localizados no seu território.
2. Envolvimento das comunidades locais garantido ao longo de todo processo de exploração.
3. As terras comunitárias - onde estão depositados os recursos naturais - delimitadas e criadas as condições para as comunidades obterem uma parte substancial dos benefícios da exploração.
4. Criado um modelo de parceria entre as comunidades e o sector privado assegurando uma parte substancial do valor acrescentado dos minerais para as comunidades locais.
5. O quadro legal (politica nacional, leis e regulamentos) com garantias para as comunidades locais beneficiarem substancialmente da exploração dos recursos naturais.

As actividades principais podem ser formuladas de seguinte maneira:

- Inventariar as autorizações, licenças, concessões e certificados na área de mineração na Zambézia e relatar a história e estado actual da exploração.
- Descrever e relatar os conflitos actuais na área de mineração na Província da Zambézia.
- Organizar o envolvimento e posição legal das comunidades locais no processo de mineração.
- Parar a exploração das areias pesadas pelas empresas Russas e Chinesas ao longo da costa.
- Investigar e organizar as cadeias de valor de diferentes recursos minereis a explorar na Província da Zambézia.
- Identificar e descrever o veículo legal e inclusivo para a exploração de recursos minerais.

COMO AS MULHERES AUMENTARÃO O SEU PODER?

A diversidade, em termos de hábitos, costumes e também linguística, é uma das principais características da província da Zambézia. Existem três domínios culturais principais, nomeadamente:

- Lomwé, nos distritos de Alto- Molocué, Gurué, Ile, Namarroi, Pebane e Gilé.
- Chuabo, nos distritos de Quelimane, Namacurra, Inhassunge, Nicoadala e Mocuba.
- Sena, nos distritos de Morrumbala, Mopeia e Luabo.

Os hábitos e costumes nestas três zonas geográficas são predominantes nas relações entre mulheres e homens. Para responder à pergunta em no título desta secção será necessário de cumprir com o objectivo especifico único mencionado acima: Promover o acesso e controlo dos recursos naturais e financeiros para reforçar a resiliência das mulheres e raparigas. Os resultados e indicadores deste objectivo encontram se na tabela a seguir:

RESULTADO	INDICADOR
Aumento do acesso e controlo da terra e dos benefícios dos recursos naturais por parte de mulheres e raparigas	# de associações de mulheres que se beneficiam de direitos e controle de terras
	# de mulheres em cargos de liderança em comitês de gestão de recursos naturais que gerenciam os benefícios advindos dos Recursos Naturais de forma participativa;
Melhorada a segurança alimentar, nutricional e rendimentos pelas mulheres e raparigas	% de mulheres e famílias chefiadas por mulheres que comem de 2 a 3 refeições por dia
	% de mulheres que comem pelo menos 5 dos 8 grupos alimentares por dia (índice MDD-Women)
Aumentar o acesso, o controlo e a gestão do rendimento das mulheres e das raparigas	# de iniciativas de empreendedorismo voltadas para mulheres e meninas
	# de mulheres e meninas envolvidas em iniciativas de empreendedorismo
	# de mulheres e meninas beneficiadas por iniciativas de poupança e crédito rotativo (PCRs)
	# de mulheres envolvidas em mercados agrícolas

As actividades estão ligadas a treinamento:

- Organizar, para homens e mulheres, treinamentos sobre género.
- Organizar treinamento sobre masculinidade transformativa de género para homens.
- Treinamento sobre liderança transformativa de género para mulheres.

PARCERIA COM SECTOR PRIVADO LOCAL

Embora as empresas comerciais privadas de comercialização e camponeses tenham objectivos completamente opostos nas cadeias de valor, em termos de determinação dos preços será necessário encontrar uma forma de cooperação para cultivar sinergias em benefício do processo de desenvolvimento agrícola na Zambézia. A peça-chave nisso é a organização dos camponeses em cooperativas. A cooperativa e a empresa privada podem formar uma empresa mista onde cada uma terá uma cota de acções e em que a empresa privada faz a gestão do negócio. A peça-chave é a criação de confiança na cadeia de valor. A implementação do princípio cooperativo do pré- e pós-pagamento para garantir que uma parte do valor acrescentado volte para o camponês é essencial. A actividade única aqui é: Junto com as cooperativas e as empresas privadas locais que operam ou pretendem operar nas cadeias de valor de produtos agrícolas, florestais e minerais, desenhar o modelo de cooperação. É urgente implementar projectos piloto desta parceria nos sectores de agricultura, floresta e de mineração.

REFERENCIAS

LAPPERRE, Paul (2022) Doce Amargura – Vida e Morte do Império Açucareiro Hornung na Zambézia (1888–1988)

LEROY VAIL and Landeg White (1980), Capitalism and Imperialism in Mozambique in Mozambique, A Study of the Quelimane District, University of Minnesota Press 1980, 481pp.

MACKENZIE (Catherine), "The Chinese Take Away" (2006) "Tristeza's Tropicais "(2008) and "Forestry in the Time of Recession" (2009)

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique